



ANEXO VI

**MINUTA DE ORIENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

O Concurso Público para os cargos abaixo discriminados far-se-á em conformidade a Lei Complementar nº 32, de 17 de setembro de 2010 (Estatuto do Magistério) e Lei nº 3.040/1993 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), por meio do regime ESTATUTÁRIO.

1 – DOS CARGOS/JORNADA DE TRABALHO/VENCIMENTOS E REQUISITOS

Nomenclatura	C/H	Vagas	Venc. (R\$)	Requisitos
Educador de Creche	32 horas semanais	50	R\$ 1.917,20	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior, ambas com habilitação na Educação Infantil.
Professor I	30 horas semanais	20	R\$ 2.638,00	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior, ambas com habilitação nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Professor II de Educação Física	Até 27 horas semanais	01	R\$ 24,03 (hora/aula)	Licenciatura Plena com habilitação na disciplina correspondente e registro no CREF
Orientador Pedagógico de CEI	40 horas semanais	01	R\$ 2.638,00	Licenciatura Plena em Pedagogia ou pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e experiência mínima de 3 (três) anos de efetivo exercício na função docente.
Diretor de CEI	40 horas semanais	01	R\$ 3.664,00	Licenciatura Plena em Pedagogia ou pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e experiência mínima de 3 (três) anos de efetivo exercício na função docente.
Diretor de Escola	40 horas semanais	Cadastro Reserva	R\$ 4.755,45	Licenciatura Plena em Pedagogia ou pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e experiência mínima de 3 (três) anos de efetivo exercício na função docente.
Supervisor de Ensino	40 horas semanais	Cadastro Reserva	R\$ 5.702,02	Licenciatura Plena em Pedagogia ou pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e experiência mínima de 3 (três) anos de efetivo exercício na função docente.

2 - DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Conforme o artigo 17, § único da LC nº 32/2010, aos candidatos portadores de deficiência habilitados, será reservado, por cargo, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

3 – DA PROVAS

Prova Objetiva para todos os cargos (ELIMINATÓRIA)



Deverá ser elaborada 01 (uma) prova para cada cargo, tendo em vista que o candidato poderá prestar para mais de um cargo, o que não permite que as provas sejam idênticas, tanto nas questões pedagógicas como nas específicas.

O número de questões da prova deverá ser o abaixo especificado, sendo que cada uma valerá 2,00 (dois) pontos, até o limite de 100 (cem) pontos.

Conhecimentos Pedagógicos	Conhecimentos Específicos do cargo
20	30

O número de alternativas das questões não deverá ser inferior a 4 (a,b,c,d), contudo, cabe a empresa decidir se deseja utilizar 5 alternativas (a,b,c,d,e) ou não.

A nota para aprovação dos candidatos deverá ser de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova objetiva.

A Prefeitura Municipal de Birigui, por meio da Secretaria de Educação, disponibilizará os prédios das escolas municipais para a realização das provas sem ônus para a empresa responsável pelo processo seletivo, salvo se esta não os quiser.

Gastos com papel higiênico e papel toalha necessários no dia da aplicação das provas deverão ser subsidiados pela empresa contratada.

2ª FASE: Prova de Títulos para todos os cargos (CLASSIFICATÓRIA)

Os candidatos aprovados na prova objetiva poderão apresentar os seguintes títulos:

ESPECIFICAÇÃO DO TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO	COMPROVANTES
a) Doutorado na área da Educação, concluído até a data de apresentação dos títulos.	10,00	10,00	Diploma devidamente registrado, ou certificado de conclusão de curso acompanhado do respectivo Histórico Escolar.
b) Mestrado na área da Educação, concluído até a data de apresentação dos títulos.	5,00	5,00	
PONTUAÇÃO MÁXIMA	15,00 PONTOS		

4 – DO CONTEÚDO DAS PROVAS OBJETIVAS

• **Conhecimentos Pedagógicos: (Para todos os cargos)**

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: De Piaget a Emilia Ferreiro. 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COLL, César. O construtivismo na sala de aula. São Paulo. Editora Ática, 1999;

DIVERSOS AUTORES. Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais à doença de indivíduos. Conselho Regional de



Psicologia, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010;

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler – em três artigos que se completam. São Paulo. Cortez, 1991 – Coleção Polêmicas do nosso tempo – volume 4. 26ª Edição.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011.

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A Organização do Currículo por projetos de trabalho. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Docente e Profissional – Formar-se para a mudança e a incerteza. 3ª Edição. São Paulo. Cortez, 2002.

KOLL, Marta de Oliveira. Vigotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. Pensando e Fazendo Educação de Qualidade. São Paulo: Moderna, 2001;

MORAIS, Regis. Violência e Educação. Campinas: Papirus, 1995.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo, Cortez, 2002.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

SEBER, Maria da Glória. Piaget: O diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997;

SCHLIEMANN, Ana Lúcia. Na vida dez, na escola zero. Cortez. 2010.

SZYMANSKI, Heloísa. Encontros e Desencontros na relação família-escola. In; Idéias 28, p. 213 a 225. São Paulo: FDE, 1997;

VEIGA, Ilma P.A. (org). O Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2000;

- **Conhecimentos Específicos:**

- a) **Educador de Creche:**

- ARANTES, Valéria Amorim (org). Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo. Summus, 2003.

- BASSEDAS, Eulália. Aprender e Ensinar na Educação Infantil / Eulália Bassedas, Teresa Huguet & Isabel Sole. Porto Alegre: Artmed, 1999.

- BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Vol. 1, 2 e 3. 1998;

- GOLDSCHMIED, Elinor. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. 2ª Ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.

- HOFFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre. Mediação, 1998;

- KAMII, Constance. A criança e o número. Editora Papirus, 1998;

- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1996;



SÉRIE IDÉIAS 7. O Cotidiano da Pré-Escola. F.D.E: 1990;
STAREPRAVO, Ana Ruth. Jogando com a matemática: números e operações. Curitiba: Aymará, 2009.
THIESSEN, Maria Lucia; BEAL, Ana Rosa. Pré Escola, tempo de educar. São Paulo: Ática, 1998.
VINHA. Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
ZABALZA, Miguel. A. Qualidade em Educação Infantil: Porto Alegre: Artmed, 1998.

b) Professor I:

AQUINO, Julio Groppa. (Org.) Indisciplina da escola - alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996;
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. vol. 1 a 10. Brasília: MEC/SEF, 1998.
BRANDÃO, C. F.; PASCHOAL, J.D. Ensino Fundamental de nove anos: teoria e prática na sala de aula. São Paulo: Avercamp, 2009.
BOZZA, Sandra. Ensinar a Ler e Escrever: uma possibilidade de inclusão. 1ª edição. Pinhais: Melo, 2008;
CARVALHO, M. Ensino Fundamental: práticas docentes nos anos iniciais. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
FERREIRA, Ándrea Tereza Brito; ROSA, Ester Calland de Sousa. O fazer cotidiano na sala de aula: a organização do trabalho pedagógico no ensino da língua materna. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
FERREIRA, M. Ação Psicopedagógica na sala de aula: uma questão de inclusão. São Paulo, Paulus, 2001.
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 25. ed., São Paulo: Cortez, 2010.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre: Editora Mediação, 1995.
KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas: Papirus, 1998.
KAUFMAN, Ana Maria; RODRÍGUEZ, Maria Elena. Escola: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artmed, 1995.
LANDSMANN, Liliana Tolchinsky. Aprendizagem da Linguagem Escrita: processos evolutivos e implicações didáticas. São Paulo: Ática, 1995.
LERNER, Delia. Ler e Escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.
LERNER, Delia; SADOVSKY, Patrícia. O sistema de numeração: um problema didático. In: PARRA, Cecília (Org.). Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 73-155.
MIZUKAMI, Maria da Graça N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
PIRES, Célia Maria Carolino. Educação Matemática: conversas com professores dos anos iniciais. São Paulo: Zé-Zapt Editora, 2012.
SILVA, J.F. HOFFMANN, J., ESTEBAN, M.T. Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2010.
SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.
SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.



STAREPRAVO, Ana Ruth. Jogando com a matemática: números e operações. Curitiba: Aymar, 2009.

VINHA, Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

WEISZ, Telma com SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª Edição. São Paulo. Ática, 2006.

c) Professor II de Educação Física:

ARRIBAS, T. I. a Educação Física de 3 a 8 anos. Artes Médicas, 2002;

BRACHT, Valter. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. In: Oliveira (Org.). Fundamentos Pedagógicos: educação física. Rio de Janeiro: Livro técnico, 1987.

BETTI, Mauro. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. São Paulo, Cepeusp, 1995.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: A história que não se conta. 4 ed. Campinas. Papirus, 1991.

COLETIVO DE AUTORES: Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

DAÓLIO, Jocimar. Da Cultura do Corpo. Campinas: Papirus, 1995.

FERREIRA, Vanja. Educação Física – Recreação, Jogos e Desportos – Editora Sprint, Ano 2003.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

HUIZINGA, Yohan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. 5.ed. São Paulo: Perspectiva / EDUSP, 2001.

LE BOULCH, Jean. A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MARCELINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. Campinas: Papirus, 1990.

MEDINA, J.P.S. O brasileiro e o seu corpo: educação e política do corpo. Campinas: Papirus, 1990.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que Planejar? Como Planejar? São Paulo: Editora Vozes, 1999.

PAES, R. R. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos in: Rose Junior, D. Esporte Atividade Física na Infância e na Adolescência. Uma abordagem multidisciplinar. Artes Médicas, 2009.

ROSSETTO JR, Adriano José; COSTA, Caio Martins e D'ANGELO Fábio Luiz. Práticas Pedagógicas Reflexivas em Esporte Educacional: unidade didática como instrumento de ensino – Phorte Editora, Ano 2008.

SOARES, C.L. et al. Metodologia de ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1994.

STIGGER, M. P. Educação Física Esporte e diversidade. Campinas, Autores Associados, 2005.

TANI, Go (et. al). Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP. 1998.



VARGAS, Angelo L.S.. Educação Física E O Corpo – A Busca Da Identidade – Editora Sprint

d) Orientador Pedagógico de CEI

ALVES, Cecília Pescatore; SASS, Odair. Formação de Professores e Campos do Conhecimento. 1ª Edição. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Vol. 1, 2 e 3. 1998; _____ . Rede Nacional de Formação Continuada. Orientações Gerais: objetivos, diretrizes e funcionamento. Brasília: 2005.

FURLLAN, M; HARGREAVES, A. A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: ArtMed, 2000;

GOLDSCHMIED, Elinor. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. 2ª Ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre. Mediação, 1998;

Hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC). Cartas aos professores coordenadores pedagógicos: dilemas da prática cotidiana, São Paulo: SE/CENP, 1999.

KAMII, Constance. A criança e o número. Editora Papyrus, 1998;

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 1996;

LIBÂNEO, J.C. Organização da gestão escolar: Teoria e Prática. São Paulo: Alternativa, 2001.

SÉRIE IDÉIAS 7. O Cotidiano da Pré-Escola. F.D.E: 1990;

STAREPRAVO, Ana Ruth. Jogando com a matemática: números e operações. Curitiba: Aymará, 2009.

THIESSEN, Maria Lucia; BEAL, Ana Rosa. Pré Escola, tempo de educar. São Paulo: Ática, 1998.

VINHA. Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico – Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 4ª edição. São Paulo. Editora Libertad, 2002.

ZABALZA, Miguel. A. Qualidade em Educação Infantil: Porto Alegre: Artmed, 1998.

e) Diretor de CEI

ALVES, Cecília Pescatore; SASS, Odair. Formação de Professores e Campos do Conhecimento. 1ª Edição. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Vol. I, II, III .1998.

CAPPELLETTI, Isabel (org.) A Avaliação Educacional: Fundamentos e Práticas. 2ª Edição. Campinas. Papyrus, 2001.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do Conflito Escolar: Da Classificação dos Conflitos aos Modelos de Mediação. In Revista Ensaio: aval. pol. públ. educ. Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.



- FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.) *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 2002.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- FURLLAN, M; HARGREAVES, A. *A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- GOLDSCHMIED, Elinor. *Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche*. 2ª Ed. Porto Alegre: Grupo A, 2006.
- HOFFMAN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre. Mediação, 1998.
- Hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC). Cartas aos professores coordenadores pedagógicos: dilemas da prática cotidiana*, São Paulo: SE/CENP, 1999.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. *Educação escolar: política, estrutura e organização*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LUCK, Heloísa. *Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PARO, Vitor Henrique. *Administração Escolar: Introdução Crítica*. Ed. Cortez, 2008.
- PARO, Vitor. *Diretor Escolar: educador ou gerente?* São Paulo: Cortez, 2015.
- MARQUES, Waldemar. *O papel do diretor de pré-escola*. Série Idéias n. 14, São Paulo: FDE, 1992. p. 15-21.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. *Coordenação do Trabalho Pedagógico – Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 4ª edição. São Paulo. Editora Libertad, 2002.
- ZABALZA, Miguel. A. *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

f) Diretor de Escola

- ALVES, Cecília Pescatore; SASS, Odair. *Formação de Professores e Campos do Conhecimento*. 1ª Edição. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.
- AQUINO, Julio Groppa. (Org.) *Indisciplina da escola - alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.
- BRASIL. *Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil*. Vol. I, II, III. 1998.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. vol. 1 a 10. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAPPELLETTI, Isabel (org.) *A Avaliação Educacional: Fundamentos e Práticas*. 2ª Edição. Campinas. Papirus, 2001.
- CHRISPINO, Álvaro. *Gestão do Conflito Escolar: Da Classificação dos Conflitos aos Modelos de Mediação*. In *Revista Ensaio: aval. pol. públ. educ.* Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.) *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 2002.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- FURLLAN, M; HARGREAVES, A. *A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.



HOFFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre. Mediação, 1998.

Hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC). Cartas aos professores coordenadores pedagógicos: dilemas da prática cotidiana, São Paulo: SE/CENP, 1999.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Docente e Profissional – Formar-se para a mudança e a incerteza. 3ª Edição. São Paulo. Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi; SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, Heloísa. Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARZANO, Robert J., PICKERING, Debra J.; POLLOCK, Jane E. O ensino que funciona: estratégias baseadas em evidências para melhorar o desempenho dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: Introdução Crítica. Ed. Cortez, 2008.

PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

MARQUES, Waldemar. O papel do diretor de pré-escola. Série Idéias n. 14, São Paulo: FDE, 1992. p. 15-21.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico – Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 4ª edição. São Paulo. Editora Libertad, 2002.

g) Supervisor de Ensino

ALVES, Nilda (coord.). Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2014. F

ALVES, Cecília Pescatore; SASS, Odair. Formação de Professores e Campos do Conhecimento. 1ª Edição. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Vol. I, II, III. 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. vol. 1 a 10. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Subsídio para a gestão dos sistemas educacionais inclusivos. Brasília: SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Políticos Legais da Educação especial na Perspectiva da educação Especial. Brasília; Secretaria de Educação Especial, -2010. 72p.

CAPPELLETTI, Isabel (org.) A Avaliação Educacional: Fundamentos e Práticas. 2ª Edição. Campinas. Papirus, 2001.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do Conflito Escolar: Da Classificação dos Conflitos aos Modelos de Mediação. In Revista Ensaio: aval. pol. públ. educ. Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

FERREIRA, Naura Syria C. (org). Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo. Cortez. 1999.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.) Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. 2ª edição. São Paulo. Cortez Editora, 2002.

FURLLAN, M; HARGREAVES, A. A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: ArtMed, 2000.



GIANCATERINO, Roberto. Supervisão escolar e gestão democrática. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2010.

HOFFMAN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre. Mediação, 1998.

Hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC). Cartas aos professores coordenadores pedagógicos: dilemas da prática cotidiana, São Paulo: SE/CENP, 1999.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Docente e Profissional – Formar-se para a mudança e a incerteza. 3ª Edição. São Paulo. Cortez, 2002.

LUCK, Heloísa. Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARZANO, Robert J., PICKERING, Debra J.; POLLOCK, Jane E. O ensino que funciona: estratégias baseadas em evidências para melhorar o desempenho dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MEDINA, Antonia da Silva. Supervisão escolar – da ação exercida à ação repensada. Porto Alegre. Ed. Age. 2002.

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: Introdução Crítica. Ed. Cortez, 2008.

POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto; ALMEIDA, Júlio Gomes; SALMASO, José Luis (orgs). Ação Supervisora: tendências e práticas. Curitiba: CRV, 2012.

RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel. Supervisão escolar: avanços de conceitos e processos. Rio de Janeiro. Ed. Wak, 2010.

RANGEL, Mary (org.). Supervisão e gestão na escola – conceitos e práticas de mediação. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2013.

_____. Supervisão Pedagógica – princípios e práticas. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA JR, Celestino Alves da & RANGEL, Mary (org.). Nove Olhares sobre a Supervisão. 13ª edição. Campinas. Papirus Editora, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico – Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 4ª edição. São Paulo. Editora Libertad, 2002.

5 - DO CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

A partir da assinatura do contrato com a empresa vencedora do certame será definido pela Secretaria Municipal de Educação o cronograma completo dos atos do Concurso Público, respeitando-se:

I - 30 (trinta) dias para a inscrição dos candidatos;

II - 06 (seis) meses para a conclusão de todos os atos inerentes ao Concurso Público, salvo a possibilidade de uma única prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, a critério da Administração.

A empresa que assumir a realização do concurso público deverá cumprir integralmente o cronograma estabelecido, bem como outras etapas indispensáveis para sua realização. Em caso de alteração de datas ou horários para as etapas do certame, isto só será possível mediante concordância da Secretaria Municipal de Educação.

6 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E ENTREGA DOS TÍTULOS



A prova objetiva e a entrega dos títulos serão realizadas no domingo, em dois períodos, conforme abaixo:

<u>MANHÃ – 9h</u>	<u>TARDE – 14h</u>
Educador de Creche Professor II de Educação Física Diretor de CEI Supervisor de Ensino	Professor I Orientador Pedagógico de CEI Diretor de Escola

A entrega dos títulos ocorrerá em sala destinada a este fim, conforme normas do edital.

7 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
- Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso;
- maior número de acertos na área de conhecimentos específicos.

8 - VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

A validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período a critério da Administração.

9 - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Educador de Creche

- participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da unidade;
- elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade;
- zelar pelo desenvolvimento integral das crianças, nos aspectos físico, psicológico e social;
- organizar e promover formas adequadas para a promoção das atividades de “educação” e “cuidados” das crianças sob seus cuidados;
- avaliar, observando e registrando o desenvolvimento das crianças;
- executar as rotinas diárias de modo flexível e organizado;
- colaborar com as atividades de articulação da unidade escolar com as famílias e comunidade;
- participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, programados pela unidade escolar e pela Secretaria de Educação;
- incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais e ao processo de desenvolvimento integral das crianças;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.



Professor I e Professor II

- a) ministrar aulas no Ensino Fundamental, visando o pleno desenvolvimento do aluno;
- b) participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- c) elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
- d) zelar pela aprendizagem dos alunos;
- e) estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- f) ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos;
- g) participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- h) colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade;
- i) incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino e aprendizagem;
- j) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Orientador Pedagógico de CEI

- a) orientar serviços de atendimento às crianças em suas necessidades diárias, que envolvam cuidados na alimentação, higiene, recreação e atividades educativas e pedagógicas;
- b) planejar rotinas de trabalho a serem executadas pelos educadores de creche e babás;
- c) prestar apoio pedagógico aos profissionais que lidam diretamente com as crianças;
- d) cumprir e assegurar o cumprimento da proposta pedagógica da instituição;
- e) promover a articulação com as famílias e a comunidade;
- f) participar das atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
- g) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, inclusive, planejar e ministrar as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC);

Diretor de CEI

- a) planejar, organizar e supervisionar serviços administrativos e educacionais e a utilização de recursos humanos, materiais e de outros da unidade de Educação Infantil, estabelecendo princípios, normas e funções para assegurar a correta aplicação, produtividade e eficiência dos referidos serviços;
- b) elaborar em conjunto com a equipe técnica, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas junto à comunidade;
- c) orientar e capacitar funcionários com base em programas pré-estabelecidos;
- d) promover a unidade de Educação Infantil como instrumento sócio-educativo da comunidade;
- e) supervisionar e avaliar as atividades educacionais da instituição;
- f) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Diretor de Escola

- a) coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola;
- b) administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atendimento de seus objetivos pedagógicos;
- c) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;
- d) zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- e) prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;



- f) promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola;
- g) informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- h) coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
- i) acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
- j) elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento da escola;
- k) elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais.
- l) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Supervisor de Ensino

- a) orientar o acompanhamento, avaliação e controle das proposições curriculares na área de sua jurisdição;
- b) compatibilizar os projetos das áreas administrativas e técnico-pedagógicas, em nível interescolar;
- c) garantir o fluxo recíproco das informações entre a unidade escolar e a Secretaria Municipal de Educação;
- d) assistir tecnicamente os diretores para solucionar problemas de elaboração e execução do plano escolar;
- e) assessorar pedagogicamente as unidades escolares de educação básica do sistema municipal de ensino;
- f) manter-se permanentemente em contato com as escolas sob a jurisdição, por intermédio de visitas regulares e de reuniões com diretores e/ou professores, através dos quais se fará sentir sua ação de natureza pedagógica;
- g) determinar providências tendentes a corrigir eventuais falhas administrativas;
- h) participar da elaboração de programas e projetos relativos à Secretaria Municipal de Educação;
- i) cumprir e fazer cumprir as disposições legais relativas à organização didática, administrativa e disciplinar emanadas das autoridades superiores;
- j) apresentar relatórios das atividades desenvolvidas;
- k) supervisionar os estabelecimentos de ensino e verificar a observância dos respectivos regimentos escolares;
- l) garantir a integração do sistema municipal de ensino em seus aspectos administrativos, fazendo observar o cumprimento das normas legais e das determinações dos órgãos superiores;
- m) manter os estabelecimentos de ensino informados das diretrizes e determinações superiores e assistir os diretores na interpretação de textos legais;
- n) acompanhar os programas de integração escola-comunidade;
- o) analisar os estatutos das instituições auxiliares das escolas, verificar sua observância e controlar a execução dos seus programas;
- p) examinar as condições físicas do ambiente, dos implementos e dos instrumentos utilizados, tendo em vista a higiene e a segurança do trabalho escolar;
- q) orientar a matrícula de acordo com as instruções fixadas pela Secretaria Municipal de Educação;



- r) orientar e analisar levantamento de dados estatísticos sobre as escolas;
- s) constatar e analisar problemas de evasão escolar e formular soluções;
- t) examinar e visar documentos da vida escolar do aluno, bem como os livros de registro do estabelecimento de ensino.
- u) sugerir medidas para o bom funcionamento das escolas sob sua supervisão;
- v) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

1.1 – Realizar o concurso, obedecendo os critérios estabelecidos na minuta de orientação da Secretaria Municipal de Educação;

1.2 - Conceder isenção do pagamento de taxa de inscrição, conforme lei municipal;

1.3 - Responsabilizar-se pelo local a ser aplicado o concurso, bem como pela remuneração dos fiscais;

1.4 - Responsabilizar-se pelos conteúdos de conhecimento geral e específico, sendo que a administração municipal deverá fornecer subsídios pertinentes à legislação municipal e outras normativas pertinentes aos cargos específicos;

1.5 – Responsabilizar-se pela distribuição, fiscalização e aplicação das provas, como também seu recolhimento, armazenamento, correção, classificando os candidatos por cargos, e sua posterior divulgação;

1.6 – Cumprir o cronograma de execução do Concurso Público elaborado pela Administração, responsabilizando-se pelo desenvolvimento dos trabalhos nos prazos estabelecidos no cronograma;

1.7 - Elaborar, em conjunto com uma comissão nomeada pela administração municipal, o Edital normativo do concurso público, os avisos, os comunicados, e demais itens pertinentes, submetendo-os, antes da divulgação, à aprovação prévia e formal da mesma;

1.8 - Assessorar a administração municipal nas publicações legais obrigatórias, bem como a critério e expensas da administração municipal, realizar as divulgações do concurso público em jornais de grande circulação, jornais especializados e outros meios de comunicação, inclusive em seu site, (exceto Imprensa Oficial);

1.9 - Preparar e executar o processo de inscrição dos candidatos na forma e no período estabelecidos no Edital do Concurso Público, responsabilizando-se pelo recebimento das inscrições dos candidatos, sejam estas realizadas através de instituições bancárias e da Internet;

1.10 – Responsabilizar-se pela elaboração, edição e distribuição das guias de recolhimento da taxa de inscrição; das fichas de inscrição; do manual do candidato, que, aliás, deverá conter a versão integral do Edital, o cronograma previsto para realização do Concurso, bem como todas as informações relativas ao Concurso Público;

1.11 - Fornecer à administração municipal relatórios demonstrativos, especificando a totalidade dos inscritos e a relação nominal por ordem alfabética para o cargo a ser provido, bem como outros relatórios pertinentes ao Concurso, que venham a ser solicitados pela mesma;

1.12 - Organizar os locais para a realização das provas na cidade de BIRIGUI/SP;

1.13 - Providenciar a montagem dos originais, impressão, conferência, reprodução, contagem, acondicionamento e lacre dos cadernos de questões, em quantidade suficiente para atender ao número de candidatos inscritos no certame;



1.14 - Elaborar, aplicar e corrigir as provas do concurso público em todas as suas fases, conforme pactuado entre as partes Contratantes, utilizando-se dos meios adequados para tal, ou seja, recrutar banca examinadora especializada para elaborar as provas do concurso, realizar a correção das provas objetivas por meio de Leitura Óptica e processamento de dados;

1.15 - Manter sigilo no que se refere à elaboração, reprodução, segurança e guarda das provas a serem aplicadas, cujo acesso e conteúdo ficarão restritos às pessoas responsáveis pelo trabalho;

1.16 - Emitir listagens de resultado das provas em meio impresso e magnético, encaminhando à PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, em conformidade com o disposto a seguir:

a) Habilitados, ordenados alfabeticamente, constando número de inscrição, nome, número de documento de identidade e classificação;

b) Habilitados, por classificação (por cargo), constando número de inscrição, nome, número de documento de identidade e classificação;

c) Portadores de deficiência habilitados, ordenados alfabeticamente, constando número de inscrição, nome, número de documento de identidade e classificação;

d) Portadores de deficiência habilitados, por classificação (por cargo), constando número de inscrição, nome, número de documento de identidade e classificação;

e) Lista de escores e notas, constando todos os candidatos inscritos no processo, desempenho parcial em cada uma das provas e resultado final;

f) Habilitados, ordenados alfabeticamente, constando nome, endereço e telefone;

g) Estatística dos inscritos, presentes, ausentes e habilitados;

h) CD-ROM constando os dados dos candidatos habilitados;

1.17 - Analisar e responder por escrito aos candidatos por recursos interpostos, encaminhando cópia das respostas à administração municipal. As respostas deverão ser individuais (por candidato recorrente). Deverá ser analisado o mérito de cada recurso interposto, apresentando solução técnica do questionamento apresentado;

1.18 - Prestar assessoria jurídica à administração municipal, nos termos da Proposta, no caso de eventuais demandas judiciais oriundas do Concurso Público;

1.19 - Responder por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a administração municipal;

1.20 - Responder por todo e qualquer dano causado, dolosa ou culposamente, por seus empregados ou prepostos, às dependências, instalações e equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI ou de terceiros, por ocasião da prestação dos serviços;

1.21 - Responder pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação deste contrato;

1.22 – Estar ciente de que a Prefeitura Municipal de Birigui ficará isenta de qualquer pagamento referente à contratação de serviços, sendo que a empresa receberá somente o valor total das taxas de inscrições.

SÔNIA REGINA GUARALDO
Secretária de Educação